

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000048/2022

LICITAÇÃO Nº. **000024/2022**

MODALIDADE: **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**

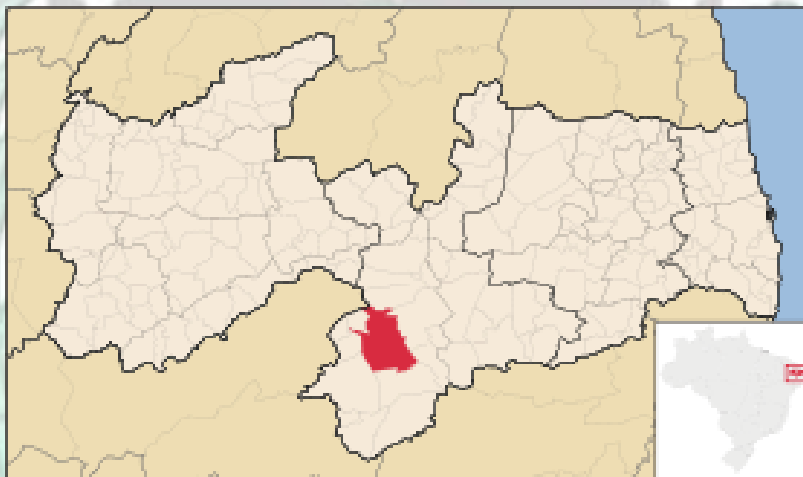
TIPO: **MENOR PREÇO POR ITEM**

Órgão Realizador do Certame:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

AVENIDA SÃO JOSÉ, 56 - CENTRO - CAMALAU - PB.

CEP: 58530-000 - Tel: (83) 3302-1013 / 3302-1034 / 3302-1008



História

Município no estado da Paraíba (Brasil), localizado na microrregião do Cariri Ocidental. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), no ano de 2011 sua população era estimada em 7.000 habitantes. Área territorial de 603 km².

História

A fundação do povoado deu-se em 21 de junho de 1895 quando, oficialmente, Domingos Ferreira Brito e sua mulher Rosa Maria da Conceição doou mais de dezesseis hectares de terra à Igreja Católica para a formação do Patrimônio de São José, mediante a solicitação de José Cardoso da Silva, que passou a ser considerado o fundador da cidade. A data de instalação do município ocorreu no dia 19 de março de 1962, quando houve o desmembramento de

Camalaú do município de Monteiro, por força da Lei Estadual nº 2.617 de 12 de dezembro de 1961.

Camalaú é nome de origem indígena. Poderia ter sido o nome de chefe indígena ou de um grupo de aborígenes que habitava nas imediações da área onde a cidade está situada, assim como poderia ter sido, apenas, o nome da área em que residiam esses primitivos.[carece de fontes]

Segundo alguns estudiosos, inclusive Horácio de Almeida e Coriolano Medeiros, notáveis, pesquisadores e escritores paraibanos, Camalaú seria a corruptela do tempo "Cam/B/Ara/Ú" (Rio do Câmara, do tupi-guarani).

Localização

Camalaú localiza-se na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental. Limita-se com o estado de Pernambuco e os municípios de São João do Tigre (22 km), São Sebastião do Umbuzeiro (37 km), Monteiro (35 km), Sumé (26 km) e Congo (20 km). Está distante da Capital 331,7 km.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.073.271/0001-41, doravante denominado simplesmente ORC e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro Oficial, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 09h01min horas do dia 01 de agosto de 2022, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 000024/2022, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, e o fornecimento realizado na forma parcelada; tudo de acordo com este instrumento e em observância ao **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006 e 147/2014, de 07 de agosto de 2014; Decreto Federal nº 5.450, de 31 de Maio de 2005; **Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; Decreto nº 9.488, de 30 de agosto de 2018**, aplicando-se, subsidiariamente, a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, visando: **Registro de preços para futura e eventual aquisição de material odontológico de forma parcelada, a fim de atender as demandas da secretaria municipal de saúde.**

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promove a comunicação pela INTERNET, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases.

DATA DA SESSÃO: 01/08/2022

HORÁRIO: 09h01min

LOCAL: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS www.portaldecompraspublicas.com.br.

Obs.: Todas as referências de tempo observam o horário de Brasília e, desta forma, serão registrados no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

O Edital estará disponível gratuitamente na página eletrônica da Prefeitura Municipal de CAMALAU através do link: www.camalau.pb.gov.br e nos seguintes endereços eletrônicos; www.tce.pb.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

O quantitativo constante da página do Pregão Eletrônico no site www.portaldecompraspublicas.com.br, é a mesma dos listados no anexo I do Edital. Cabe ressaltar que em caso de dúvida e/ou caso venha ter alguma divergência em função de transferência de dados do nosso sistema para o sistema portal de compras públicas, prevalecerá a quantidade e descrição constante no Anexo I do Edital

1. DO OBJETO.

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de odontológico de forma parcelada, a fim de atender a demanda do município.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Adesivo dentário - 5ml fotopolimerizável de frasco único primer e adesivo em um frasco só, contém resinas elastoméricas e acetona como solvente, apresentar baixa viscosidade e alto poder de penetração nas estruturas dentárias, com liberação de flúor, forma zona híbrida uniforme e estável. Apresenta amostra na licitação.	unid	66
2	Água destilada - 5L	unid	50
3	Agulha Gengival descartável Calibre 27G, longa, em aço inoxidável, siliconizada e triselada, esterelizada com raio gama cobalto, embalada individualmente, em caixa com 100 unidades	cx	100
4	Agulha Gengival descartável Calibre 30G, curta, em aço inoxidável, siliconizada e triselada, esterelizada com raio gama cobalto, embalada individualmente, em caixa com 100 unidades	cx	240
5	Agulha gengival extra-curta para crianças	Cx	70
6	Alginato jeltrat plus	pct	40
7	Amálgama em cápsula 01 porção 400 mg de prata/368 mg de mercúrio - frasco com 500 cápsulas	fr	2
8	Amálgama em cápsula 02 porções 400mg de prata/368 mg de mercúrio - frasco com 500 cápsulas	fr	2
9	Anestésico Local injetável à base de Mepivacaína 3%, com vasoconstritor 1:100.000, tubetes com 1,8 ml, embalado em caixa com 50 tubetes	cx	200
10	Anestésico Local injetável à base de Mepivacaína 3%, sem vasoconstritor 1:100.000, tubetes com 1,8 ml, embalado em caixa com 50 tubetes	cx	80
11	Anestésico Local injetável à base de Lidocaína com adrenalina 2%, 1:100.000, tubetes com 1,8 ml, embalado em caixa com 50 tubetes	cx	150

12	Anestésico Local Articaine 100	cx	100
13	Anestésico Tópico	unid	70
14	Bicarbonato de sódio pote c/100g	unid	10
15	Calen	unid	30
16	Calen PMCC	unid	20
17	Campo cirúrgico - Kit Estéril contendo 2 Toalhas de mão, 2 aventais cirurgico m/l, 2 campos de mesa 0,70x0,90, 1 protetor de refletor duplo, 2 protetores de sugador/motor 1 campo fenestrado 2,00x0,90. Gramatura 30G	unid	15
18	Cera 7	cx	30
19	Cera Utilidade	cx	50
20	Cimento de Hidróxido de Cálcio	cx	35
21	Cimento Endodôntico Endofill	cx	30
22	Cimento Endodôntico Sealer 26	unid	50
23	Clorexidina 0,12% embalagem 1L	unid	30
24	Coletor universal	unid	500
25	Coltosol - Material obturador provisório	unid	25
26	Compressas de Gaze Não Estéril - Pacote contendo 500 unidades	pct	500
27	Condicionador Ácido fosfórico a 37% com 3 seringas	unid	100
28	Cone de Guta-Percha 1ª série	cx	50
29	Cone de Guta-Percha 2ª série	cx	50
30	Cone de Guta-Percha 3ª série	cx	50
31	Cone de Guta-Percha F	cx	20
32	Cone de Guta-Percha FF	cx	25
33	Cone de Guta-Percha FM	cx	15
34	Cones de Guta-Percha Protaper F1, F2, F3	cx	50
35	Cones de Guta-Percha Protaper F4, F5	cx	50
36	Cones de Obturação Wave One Gold	cx	100
37	Cone de Papel Absorvente Estéril 1ª Série	cx	36
38	Cone de Papel Absorvente Estéril 2ª Série	cx	20
39	Conjunto de pontas de borracha abrasiva para o polimento de amálgama	kit	10
40	Cunha anatômica de madeira embalagem sortida com 100 unidades	cx	20
41	EDTA líquido 20 ml	unid	10
42	Escova de dente tamanho pequeno, cerdas macias, cabo anatômico	unid	1000
43	Escova de dente tamanho médio, cerdas macias, cabo anatômico	unid	2000
44	Escova de dente tamanho grande, cerdas macias, cabo anatômico	unid	2000
45	Escova de Robson Reta	unid	300
46	Esponja Hemostática c/ 10 unid	cx	20

47	Eugenol	unid	33
48	Evidenciador de Placa (Evplack)	unid	20
49	Filme Radiográfico Intrabucal adulto (Caixa com 150 películas 3x4cm: 150x1 AMS1-ISSO Size2)	cx	50
50	Filme Radiográfico Intrabucal perialpical infantil (Caixa com 100 películas 2,2x3,5 cm: 150x1 AMS1-ISSO Size2)	cx	5
51	Fio agulhado seda 3.0 mt 1/2 Circ. TRG. 1,7 cm estéril - 45 cm - cx com 24 unidades	cx	100
52	Fio agulhado seda 4.0 mt 1/2 Circ. TRG. 1,7 cm estéril - 45 cm - cx com 24 unidades	cx	100
53	Fio agulhado seda 5.0	cx	100
54	Fio de sutura - Nylon 5.0	cx	100
55	Fio Dental de 25 mts	unid	80
56	Fixador para Radiografia Odontológica frasco com 475 ml	unid	80
57	Flúor Gel, neutro, frasco com 200 ml, para aplicação tópica	unid	70
58	Germi Rio 5L	unid	15
59	Gesso Comum 25 kg	unid	6
60	Gesso Especial Tipo III, pacote de 1kg	unid	20
61	Gesso Pedra pacote 25kg	unid	8
62	Gesso Pedra Cremer pacote de 1kg	unid	20
63	Hemostático	unid	33
64	Hidróxido de cálcio P.A 10g unid	unid	22
65	Hipoclorito de Sódio 2,5%	unid	40
66	Ionômero de Vidro Fotopolimerizável	unid	33
67	Ionômero de vidro restaurador pó 10g + líquido	kit	120
68	Isolante para Resinas Acrílicas 1 litro	unid	6
69	Kit de Higiene Bucal Infantil - Contendo:	Unid	1000
70	Kit de Higiene Bucal Adulto - Contendo: - 1 creme dental 50g em tubo plástico (composição: carbonato de cálcio, sorbitol, carboximetilcelulose de sódio, dióxido de silício, laurel sulfato de sódio, sacarina sódica, fosfato trissódico, sabor, formaldeído, monofluorofosfato de sódio, água). - 1 fio dental de 25 m, em poliamida, cera e aroma. - 1 escova dental adulto (com cerdas de nylon macias, com 3 a 4 fileiras de tufos, contendo de 28 a 32 tufos, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 15 e 17 cm, anatômico, com empunhamento, embalada em saquinho plástico com protetor de cerdas, cores variadas). - 1 sacolinha plástica de PVC de 0,20 mm. Sendo a frente transparente e verso branco, medindo 12 X 20 cm, com personalização colorida no verso, a combinar.	Unid	1000
71	Lâmina para bisturi nº15C (cx c/ 100 unidades)	Cx	80
72	Clorexetina 2% (1 litro)	Und	15
73	Kit de acabamento e polimento para resina	Und	15
74	Resina opallis odontopediatria B 0,5	Und	10

75	Aspirador cirúrgico para cirurgia	Und	1
76	Líquido Acrílico Autopolimerizável 1 litro	Unid	4
77	Líquido Acrílico Termopolimerizável 1 litro	Unid	8
78	Lixa de acabamento de resina	Unid	40
79	Microbrush para aplicação de adesivo cx c/100	Unid	80
80	Mini Incubadora Biológica	Unid	10
81	Moldeiras descartáveis para flúor sortidas cx c/ 24 unid	Cx	200
82	Óculos de proteção	Unid	30
83	Óleo Lubrificante para caneta spray	Unid	40
84	Otosporin	Unid	10
85	Óxido de zinco (pó)	Unid	33
86	Papel Carbono tipo Accufilm ou similar com 280 tiras	Cx	20
87	Papel Grau Cirúrgico 0,5cmx100m	Unid	80
88	Papel Grau Cirúrgico 07cmx100m	Unid	80
89	Papel Grau Cirúrgico 10cmx100m	Unid	80
90	Papel Grau Cirúrgico 15cmx100m	Unid	150
91	Papel Grau Cirúrgico 20cmx100m	Unid	80
92	Papel Grau Cirúrgico 30cmx100m	Unid	80
93	Paramonoclorofenolcanforado	Unid	5
94	Pasta Profilática	Unid	60
95	Pedra Pomes 100 g	Unid	10
96	Periobond - cimento cirúrgico periodontal	Unid	10
97	Pino metálico provisórios (vários tamanhos)	Cx	20
98	Resina Acrílica Autopolimerizável rosa 1kg	Unid	5
99	Resina Acrílica Autopolimerizável incolor 1kg	Unid	5
100	Resina Acrílica Termopolimerizável incolor 1kg	Unid	8
101	Resina Acrílica Termopolimerizável rosa 1kg	Unid	8
102	Resina Fotopolimerizável A3. Resina composta fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de zircônia/sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 fm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Indicações: Restaurações diretas e indiretas em dentes anteriores e posteriores (classes I, I, III, IV e V), incluindo superfícies oclusais. Qualidade igual ou superior a Z100.	Unid	80
103	Resina Fotopolimerizável A3,5. Resina composta fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de zircônia/sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 fm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Indicações: Restaurações diretas e indiretas em dentes anteriores e posteriores (classes I, I, III, IV e V), incluindo superfícies oclusais. Qualidade igual ou superior a Z100.	Unid	80

104	Resina Flow	Unid	30
105	Resina Fotopolimerizável A1. Resica composta fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de zircônia/sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 fm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Indicações: Restaurações diretas e indiretas em dentes anteriores e posteriores (classes I, II, III, IV e V), incluindo superfícies oclusais. Qualidade igual ou superior a Z100.	unid	30
106	Resina Fotopolimerizável A2. Resica composta fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de zircônia/sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 fm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Indicações: Restaurações diretas e indiretas em dentes anteriores e posteriores (classes I, I, III, IV e V), incluindo superfícies oclusais. Qualidade igual ou superior a Z100.	Unid	60
107	Resina fotopolimerizável micro-híbrida A01	Unid	50
108	Resina fotopolimerizável micro-híbrida A02	Unid	50
109	Revelador para Radiografia Odontológica	Unid	50
110	Roleta de algodão	Pct	700
111	Saco de Lixo para Resíduo Infectante 30Litros	Unid	2000
112	Selante Fotopolimerizável para fósulas e fissuras (cx)	Unid	22
113	Sobre Luvas de PVC	Cx	30
114	Soda Clorada de 2,5% - 1l	Unid	20
115	Solução de Dakin - 1l	Unid	10
116	Solução de Milton - 1l	Unid	10
117	Solvente de gutapecha 10 ml	Unid	5
118	Spray Gelado para Teste de Vitalidade Pulpar - 50° C 200 ml	Unid	5
119	Stop de silicone	Cx	10
120	Sugador descartável odontológico (pacote com 40). Tubo confeccionado em PVC transparente e atóxico. Arame em aço especial. Ponteira confeccionada em PVC macio, atóxico, colorido, vazada	Pct	500
121	Sugadores Cirúrgicos descartáveis esterilizados cx c/20	Cx	50
122	Teste Biológico para Autoclave	Cx	40
123	Tira de aço 4 mm (Lixa abrasiva para amálgama), envelope com 12 unidades	Env	33
124	Tira de aço 6 mm (Lixa abrasiva para amálgama), envelope com 12 unidades	Env	33
125	Tira Abrasiva de Poliéster para polimento 4x170mm	Env	33
126	Tira de Poliéster Transparente (com 50 unid)	Env	33
127	Tricresol 10 ml	Unid	10
128	Varnal	Unid	12
129	Vaselina Líquida 1l	Unid	20
130	Vaselina Sólida 20 g	Unid	15

131	Afastador Mead	unid	11
132	Afastador de Minnesota	unid	11
133	Afastador de Periosteio de Molt	unid	30
134	Agulha de irrigação Endo Eze Amarela	unid	300
135	Alavanca Adulta Apical Reta Goiva REF 301	unid	22
136	Alavanca Adulto Seldin reta n°02	unid	22
137	Alavanca Apexo Jogo Adulto	unid	22
138	Alavanca Infantil Seldin 1R	unid	11
139	Alavanca Infantil Seldin reta n°02	unid	11
140	Alavanca Potts Jogo com 2 peças	unid	22
141	Alveolótomo curvo odontológico	unid	22
142	Aplicador de Cimento de Hidróxido de Cálcio	unid	30
143	Arco para Isolamento Absoluto	unid	10
144	Articulador tipo Charneira	unid	20
145	Bandeja de Aço Inox 22 x 9 x 1,5cm	unid	40
146	Bandeja de Aço Inox 22 x 12 x 1,5cm	unid	40
147	Bastão para Polimento de Resina Acrílica	unid	10
148	Bloco para mordida	unid	10
149	Broca Carbide Cilíndrica para alta rotação 57	Unid	40
150	Broca carbide esférica 19 mm n° 1	Unid	40
151	Broca carbide esférica 19 mm n° 2	Unid	40
152	Broca carbide esférica 19 mm n° 3	Unid	40
153	Broca carbide esférica 19 mm n° 4	Unid	40
154	Broca carbide esférica 19 mm n° 5	Unid	40
155	Broca carbide esférica 19 mm n° 6	Unid	40
156	Broca carbide esférica 6 para peça de mão reta	Unid	40
157	Broca carbide esférica para contra ângulo n°03	Unid	40
158	Broca carbide esférica para contra ângulo n°04	Unid	40
159	Broca carbide esférica para contra ângulo n°05	Unid	30
160	Broca carbide esférica para contra ângulo n°06	Unid	20
161	Broca carbide esférica para contra ângulo n°07	Unid	30
162	Broca carbide esférica para contra ângulo n°08	Unid	40
163	Broca Cirúrgica 701	unid	40
164	Brocas Cirúrgica 702	unid	40
165	Broca Cirúrgica 702 HL	unid	40
166	Broca Cirúrgica 703	unid	40
167	Broca Cirúrgica 703 HL 25mm	unid	40

168	Broca de Batt	unid	40
169	Broca de Gates n°1	unid	20
170	Broca de Gates n°2	unid	20
171	Broca de Gates n°3	unid	20
172	Broca de Tungstênio Maxcut	unid	10
173	Broca de Tungstênio Minicut	unid	10
174	Broca Diamantada Chama, Grana Fina 3118F	unid	100
175	Broca Diamantada Chama, Grana Fina 3168F	unid	80
176	Broca Diamantada Cônica Invertida 1033	unid	100
177	Broca Diamantada Cônica Topo em Chama, Grana Fina 3195F	unid	100
178	Broca Diamantada Cônica Topo em Chama, Grana Fina 3195FF	unid	100
179	Broca Diamantada Esférica 1011	unid	150
180	Broca Diamantada Esférica 1012	unid	150
181	Broca Diamantada Esférica 1013	unid	200
182	Broca Diamantada Esférica 1013HL	unid	40
183	Broca Diamantada Esférica 1014	unid	150
184	Broca Diamantada Esférica 1015	unid	150
185	Broca Diamantada Esférica 1016	unid	150
186	Broca Diamantada para acabamento grana fina 1190F	unid	100
187	Broca endo Z 21 mm	unid	10
188	Broca Lentulo	unid	10
189	Brunidor para Amalgama n° 29	unid	30
190	Brunidor para Amalgama n° 33	unid	30
191	Cabo para Bisturi	unid	30
192	Cabo para Espelho n° 5	unid	120
193	Calcador de Paiva	unid	30
194	Calcador de Ward n° 01	unid	20
195	Calcador de Ward n° 02	unid	20
196	Calcador Hולםback n°06	unid	20
197	Cânula de Aspiração Endodôntica	unid	10
198	Cinzel Cirúrgico - embalagem c/ 3unid	unid	10
199	Colgadura Inox Avulsa	unid	20
200	Condensador de Guta Percha	unid	20
201	Cuba Inox Rim	unid	22
202	Cuba Redonda Inox 12 cm Assepsia Cirúrgica Odonto	unid	22
203	Cureta Alveolar	unid	20
204	Cureta de Dentina n°19	unid	20

205	Cureta de Lucas cirúrgica n° 85	unid	20
206	Cureta de Lucas cirúrgica n° 86	unid	20
207	Cureta Grecey MacCall n° 13/14	unid	20
208	Cureta Grecey MacCall n° 17/18	unid	20
209	Cureta Grecey n° 11/12	unid	20
210	Cureta Grecey n° 13/14	unid	20
211	Cureta Grecey n° 5/6	unid	20
212	Cureta Grecey n° 7/8	unid	20
213	Cureta Grecey n° 9/10	unid	20
214	Descolador Molt 9 cabo maciço	unid	20
215	Discos de Polimento	unid	20
216	Disco diamantado dupla face para peça de mão reta de corte fino para resina fotopolimerizável e metal cerâmicas	unid	5
217	Disco diamantado dupla face para peça de mão reta de corte grosso para resina fotopolimerizável e metal cerâmicas	unid	5
218	Escova de Polimento de pelo de cabra	unid	20
219	Esculpidores de Cera	unid	20
220	Esculpidor Hollemback	unid	30
221	Espaçador Digital A a D - 25 mm	unid	10
222	Espaçador Digital A a D - 31 mm	unid	15
223	Espátula para manipulação n° 24	unid	30
224	Espátula Dupla n° 31	unid	30
225	Espátula n° 36	unid	40
226	Espátula de Inserção de Resina n° 01	unid	35
227	Espátula de Resina Dupla n° 01 (Silicato)	unid	35
228	Espátula de Resina de Titânio Thompson prisma ponta dourada n° 02	unid	33
229	Espátula dupla 07 cabo oitavado	unid	20
230	Espátula dupla para manipulação n° 70	unid	11
231	Espátula para Gesso cabo de madeira	unid	10
232	Espátula para Gesso de plástico	unid	10
233	Espelho bucal plano para cabo n° 05	unid	150
234	Extirpa Nervo, cabo curto metálico colorido tamanho 30mm, diâmetro de 25 mm, instrumento farpado, fabricado em aço inoxidável, kit com 6.	unid	10
235	Fórceps 69	unid	30
236	Fórceps n°18L	unid	30
237	Fórceps n°1	unid	30
238	Fórceps n°150	unid	30
239	Fórceps n°150 Infantil	unid	30

240	Fórceps n°151	unid	30
241	Fórceps n°151 Infantil	unid	30
242	Fórceps n°16	unid	30
243	Fórceps n°16 Infantil	unid	30
244	Fórceps n°17	unid	30
245	Fórceps n°18R	unid	30
246	Fórceps n°65	unid	30
247	Gengivótomo de Kirkland	unid	10
248	Gengivótomo ou Bisturi de Orban	unid	10
249	Grampos para Isolamento Absoluto	unid	30
250	Jogo de Alavancas c/ 03 peças	unid	30
251	Kit Condensador de Ward n°1 n°2 n°3	unid	10
252	Kit Cureta de Dentina n°1 n°2 n°3	unid	30
253	Kit de aspiração endodôntica	unid	10
254	Kit de posicionador para Raio X adulto e infantil	cx	6
255	Lençol de Borracha Sintética	cx	20
256	Lima Flexofile 1ª Série 21mm	cx	20
257	Lima Flexofile 1ª Série 25mm	cx	20
258	Lima Flexofile 1ª Série 31mm	cx	20
259	Lima Flexofile Série Especial 06 - 25mm	cx	20
260	Lima Flexofile Série Especial 08 - 25mm	cx	20
261	Lima Hedstroen 1ª Série 21mm	cx	20
262	Lima Hedstroen 1ª Série 25mm	cx	25
263	Lima Hedstroen 1ª Série 31mm	cx	20
264	Lima Kfile 2ª Série 21mm	cx	20
265	Lima Kfile 2ª Série 25mm	cx	20
266	Lima Kfile 2ª Série 31mm	cx	20
267	Lima Proglaide (25mm)	cx	20
268	Lima Proglaide (31mm)	cx	20
269	Lima Protaper Manual (25mm)	cx	30
270	Lima Protaper Manual F4 (25mm)	cx	30
271	Lima Protaper Manual F5 (25mm)	cx	30
272	Lima Protaper Next Rotatória	cx	20
273	Lima Wave One Gold (sortida) 25mm	cx	20
274	Limas Rotatórias Protaper Universal Retratamento	cx	30
275	Lima para ossos	unid	10
276	Localizador apical	unid	2

277	Martelo de Mead	unid	10
278	Matriz de aço 5mm	unid	30
279	Matriz de Aço 7 mm	unid	30
280	Moldeira Acrílica	unid	30
281	Moldeira Metálica	unid	20
282	Motor endodôntico K-smart plus Maillefer Dentsply	unid	2
283	Saca Brocas	unid	12
284	Sonda Periodontal Milimetrada tipo Williams	unid	15
285	Pedra Arkansas Branca Chama (shofu)	unid	11
286	Perfurador de Lençol	unid	5
287	Pinça Auxiliar de Sutura	unid	30
288	Pinça Clínica	unid	33
289	Pinça de Allis	unid	11
290	Pinça Dente de Rato	unid	30
291	Pinça Hemostática	unid	20
292	Pinça Reta	unid	30
293	Pinça Porta Grampo	unid	2
294	Pincel pelo de Marta	unid	10
295	Placa de vidro 10cm	unid	20
296	Ponta de Aspiração Endodôntica	unid	10
297	Pontas de Ultrassom para Periodontia nº1	unid	30
298	Pontas de Ultrassom para Periodontia nº2	unid	30
299	Pontas de Ultrassom para Periodontia nº3	unid	30
300	Porta agulha Mayo Hegar	unid	30
301	Porta amálgama de aço inoxidável	unid	10
302	Autoclave	Und	10
303	Destilador	Und	1
304	Porta amálgama de plástico	unid	20
305	Porta-Matriz Tofflemeire	unid	20
306	Pote Dappen de Vidro	unid	20
307	Pote Dappen plástico	unid	20
308	Mandril	Und	2
309	Porta Pote para algodão com mola	unid	20
310	Porta Pote para algodão sem mola	unid	20
311	Raspador McCall 1-10	unid	15
312	Raspador McCall 11-12	unid	15
313	Raspador McCall 15-16	unid	15

314	Raspador McCall 17-18	unid	15
315	Régua milimetrada Endodôntica	unid	5
316	Seringa Carpule	unid	30
317	Seringa Endodôntica para Callen	unid	10
318	Sindesmótomo	unid	10
319	Sonda Exploradora n°5	unid	30
320	Sonda Exploradora Reta n°47	unid	10
321	Sonda Milimetrada	unid	10
322	Suporte de metal para coletor perfuro cortante 07 litros	unid	10
323	Suporte de metal para coletor perfuro cortante 13 litros	unid	10
324	Suporte de metal para coletor perfuro cortante 20 litros	unid	10
325	Tamborel de Plástico	unid	20
326	Tesoura Cirúrgica Tamanho Pequeno (12 cm) Ponta Fina, Confeccionado Em Aço Inoxidável.	unid	30
327	Tesoura Íris Reta	unid	40
328	ULTRACAL	unid	100
329	Aparelho Amalgamador De Capsular Digital. Bivolt	unid	5
330	Aparelho De Raio X Odontológico Móvel Digital Bivolt	unid	2
331	Aparelho de Ultrassom e Profilaxia com Reservatório Bioscaler	unid	3
332	Autoclave de mesa de até 75 litros.	unid	10
333	Lavadora ultrassônica de ate 15 litros.	unid	11
334	Negatoscopio (visualizador de raio x radiográfico), com chave liga/desliga duas posições, chave seletora de tensão 127/220 volts painel leitoso, translucido, branco, material metal, cor do corpo branca, dimensões 480x400x100 mm, área visível 450x350 mm, peso 4,2 kg, frequência de 50/60 Hz, potência máxima 30 W, lampada de 2x15W.	unid	10
335	Articulador odontológico ajustável	unid	5
336	Avental De Chumbo Para Odontologia Com Protetor De Tireóide.	unid	10
337	Banco mocho com encosto p/ clínicas odontológicas, c/bate giratória, estofamento c/espuma, sistema a gás p/regulagem de altura, fácil assepsia	unid	10
338	Bomba de vácuo até 2 HP/CV, c/potência mínima de 1HP/500mmhg	unid	10
339	Cadeira Odontológica completa (Cadeira Automática com pedal de comando acoplado a cadeira com até três programações de trabalho e acionamento do refletor, articulação central base construída em aço protegida por debrum antiderrapante para que dispense a fixação ao piso. Refletor acoplado a cadeira. Equipo acoplado a cadeira com tampo em inox três terminais sendo uma seringa tríplice, um terminal para alta rotação e um terminal pra baixa rotação. Unidade de água(cuspideira) com dois sucores de saliva com cuba com filtro de detrito que facilite a limpeza.	unid	7
340	Caixa para desinfecção de limas endodônticas min. 72 furos	unid	3
341	Câmara Escura Para Revelação De Filmes Odontológicos	unid	10
342	Caneta De Alta Rotação, Mínimo De 380000 Rpm; Resistente A Esterilização Em Autoclave E Aos Métodos De Desinfecção Normalmente	unid	30

	Utilizados.		
343	Compressor Odontológico - Capacidade Para 2 Consultórios Bivolt (Tanque: 40 litros, Voltagem: 110V ou 220V Mono, Potência: 1,5 HP, Vazão: 0 bar 200 l/m 7,05 pcm, Pressão máxima: 8 bar/120 psi, Nível de ruído: 74 (dB(A)/1m))	unid	4
344	Compressor Odontológico - Capacidade Para 1 Consultórios Bivolt (Tanque: 25 litros, Voltagem: 110V ou 220V Mono, Potência: 1 HP, Vazão: 0 bar 135 l/m 4,75 pcm, Pressão máxima: 8 bar/120 psi, Nível de ruído: 69 (dB(A)/1m))	unid	5
345	Compressor Odontológico Com Capacidade Para 1 Consultórios Bivolt (Tanque: mínimo de 60 litros), Voltagem: 110V ou 220V Mono, Potencia: 2 HP, Vazão: 0 bar 135 l/m 4,75 pcm, Pressão máxima: 8 bar/120 psi, Nível de ruído: 69 (dB(A)/1m))	unid	2
346	Contra Ângulo Intramatic 2068 Fgdn 1:1- Baixo Nível De Ruído E Vibração_Cabeça Fixa Com Spray Externo_Utiliza Brocas Tipo Ar E Fg (Com Adaptação Do Madril Fg Para Brocas De Alta Rotação)	unid	14
347	Destilador De Água Com Capacidade Para 4l bivolt	unid	7
348	Esponja de fibrina Odontologica	unid	10
349	Foco refletor ambulatorial, c/ iluminação em LED e haste flexível	unid	5
350	Fotopolimerizador - Aparelho Optoeletrônico Desenvolvido Para A Fotopolimerização De Materiais Utilizados Em Restaurações Na Área Odontológica Bivolt	unid	10
351	Jato de bicarbonato, c/base metálica p/estabilidade, c/caneta autoclavável, c/desumificador, c/filtro de ar com drenagem automática	unid	5
352	Kit de sucção central para equipo Odontológico	unid	5
353	Localizador Apical Endodôntico Romiapex A-15	unid	2
354	Micro-Motor (Encaixe Borden, Spray Interno, Rotação 5.000 A 20.000 Rpm,1.000 Ciclos De Esterilização, Sentido De Rotação Ajustável,Sistema Universal Intramatic	unid	10
355	Micro-Motor De Bancada Para Prótese 35.000 Rpm Bivolt	unid	1
356	Motor elétrico cirúrgico: irrigação através de bomba peristáltica em alumínio autoclavável, com caneta elétrica autoclavável com cabo e conector, pedal com comando liga e desliga, bomba de irrigação e reversão no sentido da rotação, haste para colocação de solução irrigante.	unid	1
357	Motor Elétrico para Prótese Dentária - adequado para ser usado no recorte e no polimento de materiais como resina acrílica.	unid	1
358	Mufla de cocção com 03 parafusos nº 06, corpo em latão escovado, reforçada, triangular, para usos em polimerização de próteses dentárias	unid	2
359	Peça reta angulada cirúrgica para ser usada no motor elétrico cirúrgico com irrigação	unid	2
360	Peça reta para ser usada com micromotor de encaixe 02 furos, spray para refrigeração por condução interna, sistema de encaixe da peça reta universal, esterilizável em autoclave, mínimo de 5.000 RPM - máximo de 20.000 RPM, sistema de fixação de broca de giro de anel, refrigeração externa, transmissão 1:1	unid	3
361	Pedal Para Acionamentos De Peças De Mão. Unid, Pedal tem que ser para cadeira da Marca Gnatus	unid	5
362	Prensa Auxiliar de bancada de ferro, indicada para prensagem de 01 ou 02 muflas, altura 30 cm, altura do curso 20 cm, largura da base	unid	2

	10 cm, comprimento da base 18,5 cm, comprimento do braço da alavanca 28 cm, peso 8,3 Kg.		
363	Recortador de Gesso com Irrigação Automática	unid	1
364	Seladora elétrica Bivolt para selar papel grau cirúrgico, sistema para aquecimento blindado, área para selagem 21 cm, largura da selagem: 13 mm, tensão de alimentação bivolt (110/220V), automático, frequência 50/60 Hz, temperatura até 200° C, altura 125 mm, largura 50 mm, profundidade 335 mm.	unid	7
365	Seladora de mesa com pedal eletrônico e controle da temperatura digital	unid	10
366	Suporte para Motor de Chicote	unid	1
367	Seringa Tríplice	unid	20

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento, onde consta, inclusive, a estimativa consolidada de quantidades a serem eventualmente contratadas pelo ORC.

1.3. O certame visa selecionar a proposta mais vantajosa objetivando formar **Sistema de Registro de Preços** para contratações futuras, conforme a norma vigente.

1.4. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, nos termos do Anexo III e nas condições previstas neste instrumento.

1.5. Os preços registrados terão a validade de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação do extrato da respectiva Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, e a execução do objeto ora licitado será de acordo com as necessidades do ORC no referido período.

1.6. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.7. O critério de julgamento adotado será o menor preço unitário do item, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.8. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justificam-se: Pela necessidade da devida efetivação de compra para suprir demanda específica – Registro de preços para futura e eventual aquisição de filtros óleos e lubrificantes, a fim de atender as demandas do município. – considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.9. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos incisos II e III, do Art. 49, todos do mesmo diploma legal.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação:

Registro de preços prescinde de dotação orçamentária, conforme Art, 7º, § 2º do Decreto Nº 7.892/2013:

[...]

§ 2.º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil

3. DO CREDENCIAMENTO.

[...] Com fulcro no art. 9º, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, conforme segue:

Art. 9º A autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§ 1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA. **O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.**

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade de o cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015 e suas alterações posteriores.

4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

- 4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.3. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

- 4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.
 - 4.1.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
 - 4.1.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
 - 4.1.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - 4.1.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 4.1.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
 - 4.1.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 4.1.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.2. Nos es propostas estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.

6.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.6. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual** de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,1 (um centavo)**.
- 7.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no **pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro.
- 7.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.20.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim

como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 3º, § 2º, da LEI Nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.30.1. Produzidos no país;

7.30.2. Produzidos por empresas brasileiras;

7.30.3. Produzidos por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.30.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.30.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.2. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n.º 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitário simbólicos, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **VINTE E QUATRO HORAS DE ANTECEDÊNCIA**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (DUAS) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (TRÊS) dias úteis contados da solicitação.

8.6.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.1.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.1.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.1.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.1.3.1. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.1.4. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo **de cinco (5) dias**, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.2. Licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6.3. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.4. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6.5. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.6.5.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.6.5.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.6.6. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.6.7. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Documentação obrigatória para habilitação, com fulcro **no Art. 40, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

Art. 40. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I - à habilitação jurídica;
- II - à qualificação técnica;
- III - à qualificação econômico-financeira;
- IV - à regularidade fiscal e trabalhista;
- V - à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas estaduais, distrital e municipais, quando necessário; e
- VI - ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

- 9.2. Possuir Cadastro do Portal de Compras Públicas;
- 9.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);
- 9.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 9.5. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>
- 9.6. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.7. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.8. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.9. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.9.1. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.10. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.11. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.
- 9.11.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 9.11.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão (ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
- 9.12. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS), sob pena de inabilitação.
- 9.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.15.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.15.2. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

(...) É impossível dispensar o particular de comprovar os requisitos de habilitação jurídica. O tema não tem pertinência com a disciplina da licitação propriamente dita. Sob o título “habilitação jurídica”, indicam-se os pressupostos jurídicos indispensáveis à validade da contratação. Logo, sequer se trata de examinar se o sujeito é suficientemente “idôneo” para executar o objeto licitado. Trata-se de apurar se o sujeito pode praticar os chamados “atos da vida civil”

9.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.2.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

A exigência de regularidade fiscal representa forma indireta de reprovar a infração às leis fiscais.

[...] Ademais, a contratação, pelo Poder Público, de empresa em situação de irregularidade fiscal representa violação ao princípio da moralidade administrativa, pois haverá a concessão de benefício àquele que descumpre preceitos legais. Observa-se, ainda, que a condição de regularidade fiscal deverá ser mantida durante toda a execução do contrato e comprovada a cada pagamento

efetuado. Nota-se, assim, que a exigência em questão alcança não só o procedimento licitatório, mas a contratação em si. Caso a Administração exigisse a regularidade fiscal somente dos contratados mediante procedimento licitatório, estaria conferindo tratamento mais favorável àqueles que foram contratados sem licitação. Por conseguinte, haveria flagrante violação do princípio constitucional da igualdade.

9.3.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

9.3.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

9.3.7. Os licitantes que se enquadrarem na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverão apresentar toda a documentação requerida, mesmo que apresente qualquer restrição quanto à sua regularidade fiscal, a fim de que possa ser aplicado o disposto do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, alterada pelas Leis Complementares 128/2008, 147/2014 Decreto 8.538/2015.

Havendo restrição na regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte e microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme o art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06, alterada pelas Leis Complementares 128/2008 147/2014, Decreto 8.538/2015.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

A qualificação econômico-financeira corresponde à disponibilidade de recursos econômico-financeiros para a satisfatória execução do objeto da contratação. Excetuadas as

hipóteses de pagamento antecipado, incumbirá ao contratado executar com recursos próprios o objeto de sua prestação. Somente perceberá pagamento, de regra, após recebida e aprovada a prestação pela Administração Pública. O interessado deverá dispor de recursos financeiros para custeio das despesas (mão de obra, matérias-primas, maquinário, tecnologia) necessárias ao cumprimento das obrigações advindas do contrato. Aquele que não dispuser de recursos para tanto não será titular de direito de licitar, pois a carência de recursos faz presumir a inviabilidade da execução satisfatória do contrato e a impossibilidade de arcar com as consequências de eventual inadimplemento

9.4.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidã

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

[...] A expressão “qualificação técnica” tem grande amplitude de significado. Em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado. Isso abrange, inclusive, a situação de regularidade em face de organismos encarregados de regular determinada profissão. Na ordenação procedimental tradicional, essa qualificação técnica deverá ser investigada em fase anterior ao exame das propostas e não se pode nem sequer admitir a formulação de propostas por parte de quem não dispuser de condições técnicas de executar a prestação.

9.5.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, quando for emitido por ente privado deverá este ser com firma reconhecida de quem o subscreveu.

[...]Quando falamos em atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público, não há o que falar na obrigatoriedade de que o mesmo possua firma reconhecida, uma vez que os documentos emitidos por servidor público têm fé pública conforme estabelece nossa carta magna, vejamos:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[..] omissis

II – recusar fé aos documentos públicos

9.6. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.6.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.6.1.1 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa com fulcro no § 1^a, art. 43, da Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014

9.6.1.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regulariza.

9.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.8. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.9. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

[...] Com fulcro no § 2º, ART. 38, DO DECRETO FEDERAL 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, conforme segue:

[...] omissis

§ 2º O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo, duas horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput. 10.1. **A proposta adequada ao último lance ofertado do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação e deverá:**

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.1.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.1.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.1.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.1.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o **prazo de três dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros três dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.2.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.1.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.1.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019

Art. 48. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

[...] omissis

§ 2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se **recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado**, respeitada

a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexo.

15.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO.

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

20.1.2. não entregar a documentação exigida no edital;

20.1.3. apresentar documentação falsa;

20.1.4. causar o atraso na execução do objeto;

20.1.5. não manter a proposta;

20.1.6. falhar na execução do contrato;

20.1.7. fraudar a execução do contrato;

20.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

20.1.9. declarar informações falsas; e

20.1.10. cometer fraude fiscal.

20.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93.

20.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de CAMALAU - PB**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do artigo N° 87, da Lei N° 8.666/93:

Advertência por escrito;

20.3.1. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

20.3.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **Prefeitura Municipal de CAMALAU - PB**, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da **Prefeitura Municipal de CAMALAU - PB**, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;

20.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. N° 87 da Lei N° 8.666/93 c/c art. N° 7° da Lei N° 10.520/02 e art. N° 14 do Decreto N° 3.555/00.

20.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

20.5. **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO** - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

20.5.1. PARA OS PROPÓSITOS DESTA CLÁUSULA, DEFINEM-SE AS SEGUINTE PRÁTICAS:

a) **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

21.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

Consoante dispõe o art. 40, VIII, da Lei nº 8.666/1993, a Administração deverá estabelecer no edital os procedimentos para obtenção, por parte dos interessados, de esclarecimentos “relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto”.

21.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

21.2.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

21.2.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.2.3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

21.2.4. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.2.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao art. 21 parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.

21.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.3.1. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.3.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.3.3. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam inscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.3.4. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, com fulcro no **Art. 47, do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019**, conforme segue:

Art. 47. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

- 22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 22.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 22.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 22.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 22.12. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU** - PB, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 22.13. A anulação do pregão induz à do contrato.
- 22.13.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 22.13.2. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 22.13.3. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.tce.pb.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br e www.camalau.pb.gov.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Sala de Reuniões com a Equipe de Pregão, no Endereço RUA NOMINANDO FIRMO, 56 - CENTRO - CAMALAU - PB, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 14:00, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 22.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ANEXO I** – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;
ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;
ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
ANEXO IX - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO

Camalaú-PB, em 15 de julho de 2022.

ONÓFRE GALVÃO CORDEIRO FERREIRA LOPES
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

UBIRAJARA ANTÔNIO PEREIRA MARIANO
PREFEITO

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

ANEXO 1 – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO.

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de material odontológico para atender as demandas do município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e demais secretarias.

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1	Adesivo dentário - 5ml fotopolimerizável de frasco único primer e adesivo em um frasco só, contém resinas elastoméricas e acetona como solvente, apresentar baixa viscosidade e alto poder de penetração nas estruturas dentárias, com liberação de flúor, forma zona híbrida uniforme e estável. Apresenta amostra na licitação.	unid	66	28,90	1.907,40
2	Água destilada - 5L	unid	50	22,45	1.122,50
3	Agulha gengival descartável Calibre 27G, longa, em aço inoxidável, siliconizada e triselada, esterelizada com raio gama cobalto, embalada individualmente, em caixa com 100 unidades	cx	100	82,20	8.220,00
4	Agulha gengival descartável Calibre 30G, curta, em aço inoxidável, siliconizada e triselada, esterelizada com raio gama cobalto, embalada individualmente, em caixa com 100 unidades	cx	240	74,05	17.772,00
5	Agulha gengival extra-curta para crianças	Cx	70	91,80	6.426,00
6	Alginato jeltrat plus	pct	40	97,50	3.900,00
7	Amálgama em cápsula 01 porção 400 mg de prata/368 mg de mercúrio - frasco com 500 cápsulas	fr	2	2.351,47	4.702,94
8	Amálgama em cápsula 02 porções 400mg de prata/368 mg de mercúrio - frasco com 500 cápsulas	fr	2	3.524,27	7.048,54
9	Anestésico Local injetável à base de Mepivacaína 3%, com vasoconstritor 1:100.000, tubetes com 1,8 ml, embalado em caixa com 50 tubetes	cx	200	255,38	51.076,00
10	Anestésico Local injetável à base de Mepivacaína 3%, sem vasoconstritor 1:100.000, tubetes com 1,8 ml, embalado em caixa com 50 tubetes	cx	80	255,38	20.430,40
11	Anestésico Local injetável à base de Lidocaína com adrenalina 2%, 1:100.000, tubetes com 1,8 ml, embalado em caixa com	cx	150	180,00	27.000,00

	50 tubetes				
12	Anestésico Local Articaine 100	cx	100	293,40	29.340,00
13	Anestésico Tópico	unid	70	15,27	1.068,90
14	Bicarbonato de sódio pote c/100g	unid	10	15,87	158,70
15	Calen	unid	30	109,90	3.297,00
16	Calen PMCC	unid	20	109,90	2.198,00
17	Campo cirúrgico - Kit Estéril contendo 2 Toalhas de mão, 2 aventais cirurgico m/1, 2 campos de mesa 0,70x0,90, 1 protetor de refletor duplo, 2 protetores de sugador/motor 1 campo fenestrado 2,00x0,90. Gramatura 30G	unid	15	59,40	891,00
18	Cera 7	cx	30	42,45	1.273,50
19	Cera Utilidade	cx	50	35,90	1.795,00
20	Cimento de Hidróxido de Cálcio	cx	35	48,63	1.702,05
21	Cimento Endodôntico Endofill	cx	30	95,73	2.871,90
22	Cimento Endodôntico Sealer 26	unid	50	195,15	9.757,50
23	Clorexidina 0,12% embalagem 1L	unid	30	71,90	2.157,00
24	Coletor universal	unid	500	1,80	900,00
25	Coltosol - Material obturador provisório	unid	25	16,53	413,25
26	Compressas de Gaze Não Estéril - Pacote contendo 500 unidades	pct	500	24,48	12.240,00
27	Condicionador Ácido fosfórico a 37% com 3 seringas	unid	100	8,15	815,00
28	Cone de Guta-Percha 1ª série	cx	50	46,20	2.310,00
29	Cone de Guta-Percha 2ª série	cx	50	46,20	2.310,00
30	Cone de Guta-Percha 3ª série	cx	50	46,53	2.326,50
31	Cone de Guta-Percha F	cx	20	46,20	924,00
32	Cone de Guta-Percha FF	cx	25	46,20	1.155,00
33	Cone de Guta-Percha FM	cx	15	46,20	693,00
34	Cones de Guta-Percha Protaper F1, F2, F3	cx	50	99,58	4.979,00
35	Cones de Guta-Percha Protaper F4, F5	cx	50	99,58	4.979,00
36	Cones de Obturação Wave One Gold	cx	100	114,10	11.410,00
37	Cone de Papel Absorvente Estéril 1ª Série	cx	36	52,10	1.875,60
38	Cone de Papel Absorvente Estéril 2ª Série	cx	20	52,10	1.042,00
39	Conjunto de pontas de borracha abrasiva para o polimento de amálgama	kit	10	94,25	942,50
40	Cunha anatômica de madeira embalagem sortida com 100 unidades	cx	20	18,13	362,60
41	EDTA líquido 20 ml	unid	10	10,03	100,30
42	Escova de dente tamanho pequeno, cerdas macias, cabo anatômico	unid	1000	1,76	1.760,00

43	Escova de dente tamanho médio, cerdas macias, cabo anatômico	unid	2000	1,79	3.580,00
44	Escova de dente tamanho grande, cerdas macias, cabo anatômico	unid	2000	1,74	3.480,00
45	Escova de Robson Reta	unid	300	2,71	813,00
46	Esponja Hemostática c/ 10 unid	cx	20	88,73	1.774,60
47	Eugenol	unid	33	21,10	696,30
48	Evidenciador de Placa (Evplack)	unid	20	22,43	448,60
49	Filme Radiográfico Intrabucal adulto (Caixa com 150 películas 3x4cm: 150x1 AMS1-ISSO Size2)	cx	50	290,47	14.523,50
50	Filme Radiográfico Intrabucal perialpical infantil (Caixa com 100 películas 2,2x3,5 cm: 150x1 AMS1-ISSO Size2)	cx	5	452,22	2.261,10
51	Fio agulhado seda 3.0 mt 1/2 Circ. TRG. 1,7 cm estéril - 45 cm - cx com 24 unidades	cx	100	77,82	7.782,00
52	Fio agulhado seda 4.0 mt 1/2 Circ. TRG. 1,7 cm estéril - 45 cm - cx com 24 unidades	cx	100	77,82	7.782,00
53	Fio agulhado seda 5.0	cx	100	80,48	8.048,00
54	Fio de sutura - Nylon 5.0	cx	100	76,23	7.623,00
55	Fio Dental de 25 mts	unid	80	3,67	293,60
56	Fixador para Radiografia Odontológica frasco com 475 ml	unid	80	29,38	2.350,40
57	Flúor Gel, neutro, frasco com 200 ml, para aplicação tópica	unid	70	9,59	671,30
58	Germi Rio 5L	unid	15	62,68	940,20
59	Gesso Comum 25 kg	unid	6	250,00	1.500,00
60	Gesso Especial Tipo III, pacote de 1kg	unid	20	21,65	433,00
61	Gesso Pedra pacote 25kg	unid	8	357,50	2.860,00
62	Gesso Pedra Cremer pacote de 1kg	unid	20	14,30	286,00
63	Hemostático	unid	33	35,95	1.186,35
64	Hidróxido de cálcio P.A 10g unid	unid	22	15,93	350,46
65	Hipoclorito de Sódio 2,5%	unid	40	12,65	506,00
66	Ionômero de Vidro Fotopolimerizável	unid	33	87,55	2.889,15
67	Ionômero de vidro restaurador pó 10g + líquido	kit	120	48,98	5.877,60
68	Isolante para Resinas Acrílicas 1 litro	unid	6	63,95	383,70
69	Kit de Higiene Bucal Infantil - Contendo:	Unid	1000	10,46	10.460,00
70	Kit de Higiene Bucal Adulto - Contendo: - 1 creme dental 50g em tubo plástico (composição: carbonato de cálcio, sorbitol, carboximetilcelulose de sódio, dióxido de silício, laurel sulfato de sódio, sacarina sódica, fosfato	Unid	1000	11,80	11.800,00

	trissódico, sabor, formaldeído, monofluorfosfato de sódio, água). - 1 fio dental de 25 m, em poliamida, cera e aroma. - 1 escova dental adulto (com cerdas de nylon macias, com 3 a 4 fileiras de tufos, contendo de 28 a 32 tufos, aparadas uniformemente e arredondadas, cabo reto, medindo de 15 e 17 cm, anatômico, com empunhamento, embalada em saquinho plástico com protetor de cerdas, cores variadas). - 1 sacolinha plástica de PVC de 0,20 mm. Sendo a frente transparente e verso branco, medindo 12 X 20 cm, com personalização colorida no verso, a combinar.				
71	Lâmina para bisturi nº15C (cx c/ 100 unidades)	Cx	80	66,44	5.315,20
72	Clorexitina 2% (1 litro)	Und	15	48,20	723,00
73	Kit de acabamento e polimento para resina	Und	15	96,75	1.451,25
74	Resina opallis odontopediatria B 0,5	Und	10	67,00	670,00
75	Aspirador cirúrgico para cirurgia	Und	1	915,00	915,00
76	Líquido Acrílico Autopolimerizável 1 litro	Unid	4	278,00	1.112,00
77	Líquido Acrílico Termopolimerizável 1 litro	Unid	8	278,00	2.224,00
78	Lixa de acabamento de resina	Unid	40	18,32	732,80
79	Microbrush para aplicação de adesivo cx c/100	Unid	80	31,72	2.537,60
80	Mini Incubadora Biológica	Unid	10	410,50	4.105,00
81	Moldeiras descartáveis para flúor sortidas cx c/ 24 unid	Cx	200	54,77	10.954,00
82	Óculos de proteção	Unid	30	12,03	360,90
83	Óleo Lubrificante para caneta spray	Unid	40	36,72	1.468,80
84	Otosporin	Unid	10	39,45	394,50
85	Óxido de zinco (pó)	Unid	33	9,92	327,36
86	Papel Carbono tipo Accufilm ou similar com 280 tiras	Cx	20	641,25	12.825,00
87	Papel Grau Cirúrgico 0,5cmx100m	Unid	80	49,90	3.992,00
88	Papel Grau Cirúrgico 07cmx100m	Unid	80	78,20	6.256,00
89	Papel Grau Cirúrgico 10cmx100m	Unid	80	86,80	6.944,00
90	Papel Grau Cirúrgico 15cmx100m	Unid	150	127,97	19.195,50
91	Papel Grau Cirúrgico 20cmx100m	Unid	80	179,40	14.352,00
92	Papel Grau Cirúrgico 30cmx100m	Unid	80	247,45	19.796,00
93	Paramonoclorofenolcanforado	Unid	5	24,36	121,80
94	Pasta Profilática	Unid	60	13,28	796,80
95	Pedra Pomes 100 g	Unid	10	13,83	138,30

96	Periobond - cimento cirúrgico periodontal	Unid	10	282,35	2.823,50
97	Pino metálico provisórios (vários tamanhos)	Cx	20	82,90	1.658,00
98	Resina Acrílica Autopolimerizável rosa 1kg	Unid	5	281,60	1.408,00
99	Resina Acrílica Autopolimerizável incolor 1kg	Unid	5	281,60	1.408,00
100	Resina Acrílica Termopolimerizável incolor 1kg	Unid	8	281,60	2.252,80
101	Resina Acrílica Termopolimerizável rosa 1kg	Unid	8	281,60	2.252,80
102	Resina Fotopolimerizável A3. Resina composta fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de zircônia/sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 fm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Indicações: Restaurações diretas e indiretas em dentes anteriores e posteriores (classes I, I, III, IV e V), incluindo superfícies oclusais. Qualidade igual ou superior a Z100.	Unid	80	69,83	5.586,40
103	Resina Fotopolimerizável A3,5. Resina composta fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de zircônia/sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 fm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Indicações: Restaurações diretas e indiretas em dentes anteriores e posteriores (classes I, I, III, IV e V), incluindo superfícies oclusais. Qualidade igual ou superior a Z100.	Unid	80	62,00	4.960,00
104	Resina Flow	Unid	30	50,50	1.515,00
105	Resina Fotopolimerizável A1. Resica composta fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de zircônia/sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 fm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Indicações: Restaurações diretas e indiretas em dentes anteriores e posteriores (classes I, II, III, IV e V), incluindo superfícies oclusais. Qualidade igual ou superior a Z100.	unid	30	69,83	2.094,90
106	Resina Fotopolimerizável A2. Resica composta fotopolimerizável universal, com 100% de nanopartícula, matriz orgânica de BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA e partículas inorgânicas de zircônia/sílica com tamanho de 5 a 20 nm e nanoaglomerados de 0,6 a 1,4 fm e 59,5% de carga em volume (78,5% em peso). Indicações: Restaurações diretas e indiretas em dentes anteriores e posteriores (classes I, I, III, IV e V), incluindo superfícies oclusais. Qualidade igual ou superior a Z100.	Unid	60	69,67	4.180,20

107	Resina fotopolimerizável micro-híbrida A01	Unid	50	65,33	3.266,50
108	Resina fotopolimerizável micro-híbrida A02	Unid	50	65,33	3.266,50
109	Revelador para Radiografia Odontológica	Unid	50	29,38	1.469,00
110	Rolete de algodão	Pct	700	5,15	3.605,00
111	Saco de Lixo para Resíduo Infectante 30Litros	Unid	2000	41,50	83.000,00
112	Selante Fotopolimerizável para fósulas e fissuras (cx)	Unid	22	50,80	1.117,60
113	Sobre Luvas de PVC	Cx	30	10,90	327,00
114	Soda Clorada de 2,5% - 1l	Unid	20	18,65	373,00
115	Solução de Dakin - 1l	Unid	10	14,90	149,00
116	Solução de Milton - 1l	Unid	10	14,75	147,50
117	Solvente de gutapecha 10 ml	Unid	5	22,23	111,15
118	Spray Gelado para Teste de Vitalidade Pulpar - 50° C 200 ml	Unid	5	79,43	397,15
119	Stop de silicone	Cx	10	34,20	342,00
120	Sugador descartável odontológico (pacote com 40). Tubo confeccionado em PVC transparente e atóxico. Arame em aço especial. Ponteira confeccionada em PVC macio, atóxico, colorido, vazada	Pct	500	14,22	7.110,00
121	Sugadores Cirúrgicos descartáveis esterilizados cx c/20	Cx	50	47,97	2.398,50
122	Teste Biológico para Autoclave	Cx	40	76,63	3.065,20
123	Tira de aço 4 mm (Lixa abrasiva para amálgama), envelope com 12 unidades	Env	33	10,65	351,45
124	Tira de aço 6 mm (Lixa abrasiva para amálgama), envelope com 12 unidades	Env	33	10,78	355,74
125	Tira Abrasiva de Poliéster para polimento 4x170mm	Env	33	17,88	590,04
126	Tira de Poliéster Transparente (com 50 unid)	Env	33	4,08	134,64
127	Tricresol 10 ml	Unid	10	10,93	109,30
128	Varnal	Unid	12	21,09	253,08
129	Vaselina Líquida 1l	Unid	20	136,50	2.730,00
130	Vaselina Sólida 20 g	Unid	15	12,10	181,50
131	Afastador Mead	unid	11	38,90	427,90
132	Afastador de Minnesota	unid	11	24,00	264,00
133	Afastador de Perióstio de Molt	unid	30	49,90	1.497,00
134	Agulha de irrigação Endo Eze Amarela	unid	300	5,70	1.710,00
135	Alavanca Adulta Apical Reta Goiva REF 301	unid	22	48,50	1.067,00

136	Alavanca Adulto Seldin reta n°02	unid	22	48,50	1.067,00
137	Alavanca Apexo Jogo Adulto	unid	22	145,95	3.210,90
138	Alavanca Infantil Seldin 1R	unid	11	48,50	533,50
139	Alavanca Infantil Seldin reta n°02	unid	11	48,50	533,50
140	Alavanca Potts Jogo com 2 peças	unid	22	113,00	2.486,00
141	Alveolótomo curvo odontológico	unid	22	169,47	3.728,34
142	Aplicador de Cimento de Hidróxido de Cálcio	unid	30	25,75	772,50
143	Arco para Isolamento Absoluto	unid	10	16,40	164,00
144	Articulador tipo Charneira	unid	20	99,00	1.980,00
145	Bandeja de Aço Inox 22 x 9 x 1,5cm	unid	40	34,03	1.361,20
146	Bandeja de Aço Inox 22 x 12 x 1,5cm	unid	40	39,83	1.593,20
147	Bastão para Polimento de Resina Acrílica	unid	10	58,00	580,00
148	Bloco para mordida	unid	10	10,60	106,00
149	Broca Carbide Cilíndrica para alta rotação 57	Unid	40	22,52	900,80
150	Broca carbide esférica 19 mm n° 1	Unid	40	31,01	1.240,40
151	Broca carbide esférica 19 mm n° 2	Unid	40	31,01	1.240,40
152	Broca carbide esférica 19 mm n° 3	Unid	40	31,01	1.240,40
153	Broca carbide esférica 19 mm n° 4	Unid	40	31,01	1.240,40
154	Broca carbide esférica 19 mm n° 5	Unid	40	31,01	1.240,40
155	Broca carbide esférica 19 mm n° 6	Unid	40	31,01	1.240,40
156	Broca carbide esférica 6 para peça de mão reta	Unid	40	44,75	1.790,00
157	Broca carbide esférica para contra ângulo n°03	Unid	40	30,95	1.238,00
158	Broca carbide esférica para contra ângulo n°04	Unid	40	30,95	1.238,00
159	Broca carbide esférica para contra ângulo n°05	Unid	30	30,95	928,50
160	Broca carbide esférica para contra ângulo n°06	Unid	20	30,95	619,00
161	Broca carbide esférica para contra ângulo n°07	Unid	30	30,95	928,50
162	Broca carbide esférica para contra ângulo n°08	Unid	40	30,95	1.238,00
163	Broca Cirúrgica 701	unid	40	33,81	1.352,40
164	Brocas Cirúrgica 702	unid	40	33,81	1.352,40
165	Broca Cirúrgica 702 HL	unid	40	33,81	1.352,40
166	Broca Cirúrgica 703	unid	40	33,81	1.352,40
167	Broca Cirúrgica 703 HL 25mm	unid	40	37,98	1.519,20

168	Broca de Batt	unid	40	78,00	3.120,00
169	Broca de Gates n°1	unid	20	19,30	386,00
170	Broca de Gates n°2	unid	20	19,30	386,00
171	Broca de Gates n°3	unid	20	19,30	386,00
172	Broca de Tungstênio Maxcut	unid	10	159,20	1.592,00
173	Broca de Tungstênio Minicut	unid	10	119,60	1.196,00
174	Broca Diamantada Chama, Grana Fina 3118F	unid	100	6,87	687,00
175	Broca Diamantada Chama, Grana Fina 3168F	unid	80	6,87	549,60
176	Broca Diamantada Cônica Invertida 1033	unid	100	6,87	687,00
177	Broca Diamantada Cônica Topo em Chama, Grana Fina 3195F	unid	100	6,87	687,00
178	Broca Diamantada Cônica Topo em Chama, Grana Fina 3195FF	unid	100	6,87	687,00
179	Broca Diamantada Esférica 1011	unid	150	6,87	1.030,50
180	Broca Diamantada Esférica 1012	unid	150	6,87	1.030,50
181	Broca Diamantada Esférica 1013	unid	200	6,87	1.374,00
182	Broca Diamantada Esférica 1013HL	unid	40	6,87	274,80
183	Broca Diamantada Esférica 1014	unid	150	6,87	1.030,50
184	Broca Diamantada Esférica 1015	unid	150	6,87	1.030,50
185	Broca Diamantada Esférica 1016	unid	150	6,87	1.030,50
186	Broca Diamantada para acabamento grana fina 1190F	unid	100	6,87	687,00
187	Broca endo Z 21 mm	unid	10	58,63	586,30
188	Broca Lentulo	unid	10	59,45	594,50
189	Brunidor para Amalgama n° 29	unid	30	15,25	457,50
190	Brunidor para Amalgama n° 33	unid	30	15,25	457,50
191	Cabo para Bisturi	unid	30	17,75	532,50
192	Cabo para Espelho n° 5	unid	120	8,95	1.074,00
193	Calcador de Paiva	unid	30	12,65	379,50
194	Calcador de Ward n° 01	unid	20	14,42	288,40
195	Calcador de Ward n° 02	unid	20	14,42	288,40
196	Calcador Holeback n°06	unid	20	14,55	291,00
197	Cânula de Aspiração Endodôntica	unid	10	35,55	355,50
198	Cinzel Cirúrgico - embalagem c/ 3unid	unid	10	111,00	1.110,00
199	Colgadura Inox Avulsa	unid	20	11,33	226,60
200	Condensador de Guta Percha	unid	20	72,20	1.444,00
201	Cuba Inox Rim	unid	22	70,78	1.557,16
202	Cuba Redonda Inox 12 cm Assepsia Cirúrgica Odonto	unid	22	40,88	899,36

203	Cureta Alveolar	unid	20	16,95	339,00
204	Cureta de Dentina nº19	unid	20	13,10	262,00
205	Cureta de Lucas cirúrgica nº 85	unid	20	16,05	321,00
206	Cureta de Lucas cirúrgica nº 86	unid	20	16,05	321,00
207	Cureta Grecey MacCall nº 13/14	unid	20	17,93	358,60
208	Cureta Grecey MacCall nº 17/18	unid	20	17,93	358,60
209	Cureta Grecey nº 11/12	unid	20	17,93	358,60
210	Cureta Grecey nº 13/14	unid	20	17,93	358,60
211	Cureta Grecey nº 5/6	unid	20	17,93	358,60
212	Cureta Grecey nº 7/8	unid	20	17,93	358,60
213	Cureta Grecey nº 9/10	unid	20	17,93	358,60
214	Descolador Molt 9 cabo maciço	unid	20	33,46	669,20
215	Discos de Polimento	unid	20	54,30	1.086,00
216	Disco diamantado dupla face para peça de mão reta de corte fino para resina fotopolimerizável e metal cerâmicas	unid	5	56,30	281,50
217	Disco diamantado dupla face para peça de mão reta de corte grosso para resina fotopolimerizável e metal cerâmicas	unid	5	56,30	281,50
218	Escova de Polimento de pelo de cabra	unid	20	26,90	538,00
219	Esculpidores de Cera	unid	20	14,90	298,00
220	Esculpidor Hollembach	unid	30	14,88	446,40
221	Espaçador Digital A a D - 25 mm	unid	10	69,03	690,30
222	Espaçador Digital A a D - 31 mm	unid	15	69,03	1.035,45
223	Espátula para manipulação nº 24	unid	30	18,80	564,00
224	Espátula Dupla nº 31	unid	30	18,80	564,00
225	Espátula nº 36	unid	40	18,80	752,00
226	Espátula de Inserção de Resina nº 01	unid	35	18,80	658,00
227	Espátula de Resina Dupla nº 01 (Silicato)	unid	35	17,45	610,75
228	Espátula de Resina de Titânio Thompson prisma ponta dourada nº 02	unid	33	89,90	2.966,70
229	Espátula dupla 07 cabo oitavado	unid	20	17,45	349,00
230	Espátula dupla para manipulação nº 70	unid	11	17,45	191,95
231	Espátula para Gesso cabo de madeira	unid	10	39,20	392,00
232	Espátula para Gesso de plástico	unid	10	9,90	99,00
233	Espelho bucal plano para cabo nº 05	unid	150	6,92	1.038,00
234	Extirpa Nervo, cabo curto metálico colorido tamanho 30mm, diâmetro de 25 mm, instrumento farpado, fabricado em aço inoxidável, kit com 6.	unid	10	60,80	608,00
235	Fórceps 69	unid	30	129,27	3.878,10

236	Fórceps n°18L	unid	30	129,27	3.878,10
237	Fórceps n°1	unid	30	129,27	3.878,10
238	Fórceps n°150	unid	30	129,27	3.878,10
239	Fórceps n°150 Infantil	unid	30	129,27	3.878,10
240	Fórceps n°151	unid	30	129,27	3.878,10
241	Fórceps n°151 Infantil	unid	30	129,27	3.878,10
242	Fórceps n°16	unid	30	129,27	3.878,10
243	Fórceps n°16 Infantil	unid	30	129,27	3.878,10
244	Fórceps n°17	unid	30	129,27	3.878,10
245	Fórceps n°18R	unid	30	129,27	3.878,10
246	Fórceps n°65	unid	30	129,27	3.878,10
247	Gengivótomo de Kirkland	unid	10	25,98	259,80
248	Gengivótomo ou Bisturi de Orban	unid	10	29,28	292,80
249	Grampos para Isolamento Absoluto	unid	30	28,83	864,90
250	Jogo de Alavancas c/ 03 peças	unid	30	139,78	4.193,40
251	Kit Condensador de Ward n°1 n°2 n°3	unid	10	40,88	408,80
252	Kit Cureta de Dentina n°1 n°2 n°3	unid	30	39,68	1.190,40
253	Kit de aspiração endodôntica	unid	10	88,00	880,00
254	Kit de posicionador para Raio X adulto e infantil	cx	6	108,37	650,22
255	Lençol de Borracha Sintética	cx	20	48,00	960,00
256	Lima Flexofile 1ª Série 21mm	cx	20	53,67	1.073,40
257	Lima Flexofile 1ª Série 25mm	cx	20	53,67	1.073,40
258	Lima Flexofile 1ª Série 31mm	cx	20	53,67	1.073,40
259	Lima Flexofile Série Especial 06 - 25mm	cx	20	51,67	1.033,40
260	Lima Flexofile Série Especial 08 - 25mm	cx	20	51,67	1.033,40
261	Lima Hedstroen 1ª Série 21mm	cx	20	51,67	1.033,40
262	Lima Hedstroen 1ª Série 25mm	cx	25	51,67	1.291,75
263	Lima Hedstroen 1ª Série 31mm	cx	20	51,67	1.033,40
264	Lima Kfile 2ª Série 21mm	cx	20	51,67	1.033,40
265	Lima Kfile 2ª Série 25mm	cx	20	51,67	1.033,40
266	Lima Kfile 2ª Série 31mm	cx	20	51,67	1.033,40
267	Lima Proglaide (25mm)	cx	20	455,00	9.100,00
268	Lima Proglaide (31mm)	cx	20	455,00	9.100,00
269	Lima Protaper Manual (25mm)	cx	30	455,00	13.650,00
270	Lima Protaper Manual F4 (25mm)	cx	30	455,00	13.650,00
271	Lima Protaper Manual F5 (25mm)	cx	30	455,00	13.650,00

272	Lima Protaper Next Rotatória	cx	20	455,00	9.100,00
273	Lima Wave One Gold (sortida) 25mm	cx	20	455,00	9.100,00
274	Limas Rotatórias Protaper Universal Retratamento	cx	30	455,00	13.650,00
275	Lima para ossos	unid	10	61,69	616,90
276	Localizador apical	unid	2	6.243,00	12.486,00
277	Martelo de Mead	unid	10	127,75	1.277,50
278	Matriz de aço 5mm	unid	30	3,16	94,80
279	Matriz de Aço 7 mm	unid	30	3,49	104,70
280	Moldeira Acrílica	unid	30	22,00	660,00
281	Moldeira Metálica	unid	20	14,95	299,00
282	Motor endodôntico K-smart plus Maillefer Dentsply	unid	2	16.970,00	33.940,00
283	Saca Brocas	unid	12	60,47	725,64
284	Sonda Periodontal Milimetrada tipo Williams	unid	15	24,78	371,70
285	Pedra Arkansas Branca Chama (shofu)	unid	11	58,57	644,27
286	Perfurador de Lençol	unid	5	176,80	884,00
287	Pinça Auxiliar de Sutura	unid	30	104,20	3.126,00
288	Pinça Clínica	unid	33	25,75	849,75
289	Pinça de Allis	unid	11	63,93	703,23
290	Pinça Dente de Rato	unid	30	29,13	873,90
291	Pinça Hemostática	unid	20	60,28	1.205,60
292	Pinça Reta	unid	30	31,87	956,10
293	Pinça Porta Grampo	unid	2	139,90	279,80
294	Pincel pelo de Marta	unid	10	36,90	369,00
295	Placa de vidro 10cm	unid	20	21,02	420,40
296	Ponta de Aspiração Endodôntica	unid	10	24,30	243,00
297	Pontas de Ultrassom para Periodontia nº1	unid	30	272,25	8.167,50
298	Pontas de Ultrassom para Periodontia nº2	unid	30	272,25	8.167,50
299	Pontas de Ultrassom para Periodontia nº3	unid	30	272,25	8.167,50
300	Porta agulha Mayo Hegar	unid	30	63,69	1.910,70
301	Porta amálgama de aço inoxidável	unid	10	55,35	553,50
302	Autoclave	Und	10	6.491,67	64.916,70
303	Destilador	Und	1	1.630,00	1.630,00
304	Porta amálgama de plástico	unid	20	22,87	457,40
305	Porta-Matriz Tofflemeire	unid	20	49,27	985,40
306	Pote Dappen de Vidro	unid	20	7,65	153,00

307	Pote Dappen plástico	unid	20	5,27	105,40
308	Mandrill	Und	2	7,88	15,76
309	Porta Pote para algodão com mola	unid	20	109,32	2.186,40
310	Porta Pote para algodão sem mola	unid	20	95,45	1.909,00
311	Raspador McCall 1-10	unid	15	18,20	273,00
312	Raspador McCall 11-12	unid	15	18,20	273,00
313	Raspador McCall 15-16	unid	15	18,20	273,00
314	Raspador McCall 17-18	unid	15	18,20	273,00
315	Régua milimetrada Endodôntica	unid	5	27,82	139,10
316	Seringa Carpule	unid	30	78,00	2.340,00
317	Seringa Endodôntica para Callen	unid	10	87,40	874,00
318	Sindesmôtom	unid	10	15,05	150,50
319	Sonda Exploradora nº5	unid	30	15,83	474,90
320	Sonda Exploradora Reta nº47	unid	10	15,83	158,30
321	Sonda Milimetrada	unid	10	56,35	563,50
322	Suporte de metal para coletor perfuro cortante 07 litros	unid	10	71,60	716,00
323	Suporte de metal para coletor perfuro cortante 13 litros	unid	10	71,60	716,00
324	Suporte de metal para coletor perfuro cortante 20 litros	unid	10	71,60	716,00
325	Tamborel de Plástico	unid	20	31,95	639,00
326	Tesoura Cirúrgica Tamanho Pequeno (12 cm) Ponta Fina, Confeccionado Em Aço Inoxidável.	unid	30	38,23	1.146,90
327	Tesoura Íris Reta	unid	40	38,15	1.526,00
328	ULTRACAL	unid	100	138,50	13.850,00
329	Aparelho Amalgamador De Capsular Digital. Bivolt	unid	5	2.018,67	10.093,35
330	Aparelho De Raio X Odontológico Móvel Digital Bivolt	unid	2	14.601,67	29.203,34
331	Aparelho de Ultrassom e Profilaxia com Reservatório Bioscaler	unid	3	6.100,33	18.300,99
332	Autoclave de mesa de até 75 litros.	unid	10	11.138,33	111.383,30
333	Lavadora ultrassônica de até 15 litros.	unid	11	6.290,00	69.190,00
334	Negatoscopio (visualizador de raio x radiográfico), com chave liga/desliga duas posições, chave seletora de tensão 127/220 volts painel leitoso, translucido, branco, material metal, cor do corpo branca, dimensões 480x400x100 mm, área visível 450x350 mm, peso 4,2 kg, frequência de 50/60 Hz, potência máxima 30 W, lâmpada de 2x15W.	unid	10	675,60	6.756,00

335	Articulador odontológico ajustável	unid	5	1.350,00	6.750,00
336	Avental De Chumbo Para Odontologia Com Protetor De Tireóide.	unid	10	1.376,80	13.768,00
337	Banco mocho com encosto p/ clínicas odontológicas, c/bate giratória, estofamento c/espuma, sistema a gás p/regulagem de altura, fácil assepsia	unid	10	1.435,00	14.350,00
338	Bomba de vácuo até 2 HP/CV, c/potência mínima de 1HP/500mmhg	unid	10	5.260,50	52.605,00
339	Cadeira Odontológica completa (Cadeira Automática com pedal de comando acoplado a cadeira com até três programações de trabalho e acionamento do refletor, articulação central base construída em aço protegida por debrum antiderrapante para que dispense a fixação ao piso. Refletor acoplado a cadeira. Equipos acoplado a cadeira com tampo em inox três terminais sendo uma seringa tríplice, um terminal para alta rotação e um terminal pra baixa rotação. Unidade de água(cuspideira) com dois sucores de saliva com cuba com filtro de detrito que facilite a limpeza.	unid	7	23.465,00	164.255,00
340	Caixa para desinfecção de limas endodônticas min. 72 furos	unid	3	192,70	578,10
341	Câmara Escura Para Revelação De Filmes Odontológicos	unid	10	562,95	5.629,50
342	Caneta De Alta Rotação, Mínimo De 380000 Rpm; Resistente A Esterilização Em Autoclave E Aos Métodos De Desinfecção Normalmente Utilizados.	unid	30	1.148,00	34.440,00
343	Compressor Odontológico - Capacidade Para 2 Consultórios Bivolt (Tanque: 40 litros, Voltagem: 110V ou 220V Mono, Potência: 1,5 HP, Vazão: 0 bar 200 l/m 7,05 pcm, Pressão máxima: 8 bar/120 psi, Nível de ruído: 74 (dB(A)/lm))	unid	4	8.335,25	33.341,00
344	Compressor Odontológico - Capacidade Para 1 Consultórios Bivolt (Tanque: 25 litros, Voltagem: 110V ou 220V Mono, Potência: 1 HP, Vazão: 0 bar 135 l/m 4,75 pcm, Pressão máxima: 8 bar/120 psi, Nível de ruído: 69 (dB(A)/lm))	unid	5	6.515,77	32.578,85
345	Compressor Odontológico Com Capacidade Para 1 Consultórios Bivolt (Tanque: mínimo de 60 litros), Voltagem: 110V ou 220V Mono, Potencia: 2 HP, Vazão: 0 bar 135 l/m 4,75 pcm, Pressão máxima: 8 bar/120 psi, Nível de ruído: 69 (dB(A)/lm))	unid	2	7.536,10	15.072,20
346	Contra Ângulo Intramatic 2068 Fgdn 1:1-Baixo Nível De Ruído E Vibração_Cabeça Fixa Com Spray Externo Utiliza Brocas Tipo Ar E Fg (Com Adaptação Do Madril Fg Para Brocas De Alta Rotação)	unid	14	1.183,07	16.562,98
347	Destilador De Água Com Capacidade Para 4l bivolt	unid	7	1.789,90	12.529,30

348	Espunja de fibrina Odontologica	unid	10	89,83	898,30
349	Foco refletor ambulatorial, c/ iluminação em LED e haste flexível	unid	5	1.070,00	5.350,00
350	Fotopolimerizador - Aparelho Optoeletrônico Desenvolvido Para A Fotopolimerização De Materiais Utilizados Em Restaurações Na Área Odontológica Bivolt	unid	10	1.347,00	13.470,00
351	Jato de bicarbonato, c/base metálica p/estabilidade, c/caneta autoclavável, c/desumificador, c/filtro de ar com drenagem automática	unid	5	3.195,00	15.975,00
352	Kit de sucção central para equipo Odontológico	unid	5	4.230,00	21.150,00
353	Localizador Apical Endodôntico Romiapex A-15	unid	2	3.752,50	7.505,00
354	Micro-Motor (Encaixe Borden, Spray Interno, Rotação 5.000 A 20.000 Rpm, 1.000 Ciclos De Esterilização, Sentido De Rotação Ajustável, Sistema Universal Intramatrix	unid	10	1.305,30	13.053,00
355	Micro-Motor De Bancada Para Prótese 35.000 Rpm Bivolt	unid	1	3.600,00	3.600,00
356	Motor elétrico cirúrgico: irrigação através de bomba peristáltica em alumínio autoclavável, com caneta elétrica autoclavável com cabo e conector, pedal com comando liga e desliga, bomba de irrigação e reversão no sentido da rotação, haste para colocação de solução irrigante.	unid	1	13.350,00	13.350,00
357	Motor Elétrico para Prótese Dentária - adequado para ser usado no recorte e no polimento de materiais como resina acrílica.	unid	1	3.600,00	3.600,00
358	Mufla de cocção com 03 parafusos nº 06, corpo em latão escovado, reforçada, triangular, para usos em polimerização de próteses dentárias	unid	2	352,50	705,00
359	Peça reta angulada cirúrgica para ser usada no motor elétrico cirúrgico com irrigação	unid	2	3.247,50	6.495,00
360	Peça reta para ser usada com micromotor de encaixe 02 furos, spray para refrigeração por condução interna, sistema de encaixe da peça reta universal, esterilizável em autoclave, mínimo de 5.000 RPM - máximo de 20.000 RPM, sistema de fixação de broca de giro de anel, refrigeração externa, transmissão 1:1	unid	3	1.085,33	3.255,99
361	Pedal Para Acionamentos De Peças De Mão. Unid, Pedal tem que ser para cadeira da Marca Gnatus	unid	5	398,00	1.990,00
362	Prensa Auxiliar de bancada de ferro, indicada para prensagem de 01 ou 02 muflas, altura 30 cm, altura do curso 20 cm, largura da base 10 cm, comprimento da	unid	2	340,00	680,00

	base 18,5 cm, comprimento do braço da alavanca 28 cm, peso 8,3 Kg.				
363	Recortador de Gesso com Irrigação Automática	unid	1	3.930,00	3.930,00
364	Seladora elétrica Bivolt para selar papel grau cirúrgico, sistema para aquecimento blindado, área para selagem 21 cm, largura da selagem: 13 mm, tensão de alimentação bivolt (110/220V), automático, frequência 50/60 Hz, temperatura até 200° C, altura 125 mm, largura 50 mm, profundidade 335 mm.	unid	7	556,17	3.893,19
365	Seladora de mesa com pedal eletrônico e controle da temperatura digital	unid	10	967,00	9.670,00
366	Suporte para Motor de Chicote	unid	1	335,95	335,95
367	Seringa Tríplice	unid	20	650,00	13.000,00
				Total	1.848.390,17

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. Pela necessidade da devida efetivação de aquisições ou serviços para suprir demanda específica, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando à maximização dos recursos em relação aos objetivos programados, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas por esta Secretaria demandante.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E/OU SERVIÇOS COMUNS.

3.1. A natureza do objeto a ser contratado é aquisição de bens, com fulcro no § 3º, Artigo 1º, do Decreto 10.024, de 20 de setembro 2019, e as especificações dos materiais estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado, conforme segue

Art. 1º Este Decreto regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

[...] omissis

§ 3º Para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns pelos entes federativos, com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou da dispensa eletrônica será obrigatória, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que

dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

3.2.Cada “unidade” mencionada no subitem 1.2 do termo de referência, corresponderá a um “serviço e/ou item” descrito no respectivo termo.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) é de **IMEDIATO**, em conformidade com este Termo de Referência e Emissão da **ORDEM DE COMPRA**, o local de entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) será no Município de Camalaú – PB, no endereço indicado pela Secretaria Municipal Demandante;

4.1.1. Será de responsabilidade da **EMPRESA**, a entrega do objeto no local determinado, com o uso de veículo “próprio” e suas respectivas despesas, tanto com combustível ou outras, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários relativos aos serviços prestados;

4.2. O(s) produto(s) e/ou realização do(s) serviço(s) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **até 5 (CINCO) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.2.1. Os produtos fornecidos pela **EMPRESA** vencedora deverão primar pela qualidade, sempre respeitando as características e determinações técnicas pertinentes;

4.2.2. Os produtos e entregas serão fiscalizados com rigor pela solicitante e caso não estejam em conformidade com o descrito, ou aos fins a que se destinam, serão recusados, ocorrendo a contratada em inexecução contratual;

4.2.3. As entregas deverão ser executadas dentro do prazo estipulado, considerando-se como atraso, o período posterior ao fixado, sem a sua correta e completa conclusão

4.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.8. Os produto (s) e/ou) serviço(s) deverá (ão) ser entregue(s) realizado(s) adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

4.9.Quando for o caso, os volumes contendo o produto deverão estar ainda, identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal e o endereço de entrega.

5.OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1.São obrigações da Contratante:

5.1.1.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2.Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e/ou serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3.Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4.Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5.Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.5.6.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1.A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1.Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3.Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4.Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5.Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7.Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1.Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1.É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1.Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2.A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3.O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à

regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.DO PAGAMENTO.

10.1.O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2.Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.9.Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.10.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.11.Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.12.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.12.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00018438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00018438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.2.2. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.2.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.2.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.2.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.2.5.1.O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1.Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1.Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que

13.1.1.não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

13.1.2.não entregar a documentação exigida no edital;

13.1.3.apresentar documentação falsa;

13.1.4.causar o atraso na execução do objeto;

13.1.5.não manter a proposta;

13.1.5.falhar na execução do contrato;

13.1.6.fraudar a execução do contrato;

13.1.7.comportar-se de modo inidôneo;

13.1.8.declarar informações falsas; e

13.1.9.cometer fraude fiscal.

13.1.10.Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.**Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.1.O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. N° 86, da Lei N° 8666/93;

13.2.2.Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.3.Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4.Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.5.Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de CAMALAU - PB, pelo prazo de até cinco anos;

13.2.7.A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.8.Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.2.9.As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.3.Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n° 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.3.1.Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
13.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5.2. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficiais de Imprensa do Município.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.848.390,17 (um milhão e oitocentos e quarenta e oito mil e trezentos e noventa reais e dezessete centavos).

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Registro de preços prescinde de dotação orçamentária, conforme Art, 7º, § 2º do Decreto Nº 7.892/2013:

[...]

§ 2.º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil

16. CONDIÇÕES GERAIS.

16.1. Os materiais adquiridos objeto desta licitação deverá ser fornecidos; nos termos do Art. 73, inc. II, alíneas A e B, da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações, salvo os casos elencados no Art. 74 do mesmo diploma legal.

16.2. Prazo De Fornecimento: Durante A Vigência Do Contrato;

16.3. Prazo de Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias consecutivos.

16.4. A responsabilidade pelas cotações de preços / pesquisas de preços são da secretaria demandante.

Camalaú-PB, em 15 de julho de 2022.

ONÓFRE GALVÃO CORDEIRO FERREIRA LOPES

Secretário Municipal de Finanças





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00048/2022

SESSÃO PÚBLICA:/...../2021, àsh.....min (.....) horas.
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU/PB

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

Nome de fantasia:					
Razão social:					
CNPJ:					
Insc. Est.:					
Optante pelo simples? Sim () não()					
Endereço:					
Bairro:			Cidade:		
CEP:			E-mail:		
Telefone:			Fax:		
Contato da licitante:			Telefone:		
Banco da licitante:			Conta bancária da licitante:		
Nº DA AGÊNCIA:					
ITENS	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.					
TOTAL POR EXTENSO:					

A empresa: Declara que:

- 1 Estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas.
- 2 Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
- 3 Prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo i) do edital desse processo.
- 4 Que **NÃO POSSUI** como sócio, gerente e diretores, servidores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU/PB**, e ainda cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau.
- 5 Que o prazo de início dos serviços ou fornecimento será no Município de Camalaú – PB, de acordo com os termos estabelecidos no anexo I, deste edital a contar do recebimento, por parte da contratada, da ordem de compra ou documento similar, todos os equipamentos serão avaliados, sob pena de devolução de não aceite, caso não atenda a discriminação do termo de referência do referido edital ou de má qualidade.

...../UF, de..... de 20.....

.....
CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.





**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES
ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS
SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00048/2022**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU/PB
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO.

....., Portador do RG, abaixo assinado, na
qualidade de responsável legal da proponente,,
CNPJ....., declara expressamente que se sujeita às condições
estabelecidas no edital acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que
venha a ser tomada pelo licitador quanto à qualificação apenas das proponentes que
tenham atendido às condições estabelecidas no edital e que demonstrem integral
capacidade de executar o fornecimento do bem previsto.

Declara, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes
impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos
do artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e
alterações subsequentes.

...../UF, de..... de 20.....

.....
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO
XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000024/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00048/2022

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., Inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o(a) sr(a), portador(a) da carteira de identidade nº E CPF nº....., declara, para fins do disposto no inc. V do art. Nº 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()¹.

...../UF, de..... de 20.....

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE
PROPOSTA. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00048/2022

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante), para fins do disposto no edital de licitação: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código penal brasileiro, que:

A) a proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022**, foi elaborada de maneira independente (pelo licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

B) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

C) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022** quanto a participar ou não da referida licitação;

D) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

E) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Município de Camalaú/PB, antes da abertura oficial das propostas; e

F) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la

...../UF, de..... de 20.....

..... REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00048/2022**

[Nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (LTDA, S.A, etc.), endereço completo, inscrita no CNPJ sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() **MICROEMPRESA** – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

...../UF, de..... de 20....

.....
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
.....



NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME E EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
CRC:





**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU**

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00048/2022**

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU/PB
AO PREGOEIRO / EQUIPE DE APOIO

A empresa, inscrita no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal o sr....., portador da carteira de identidade nº..... E do CPF nº, declara não ter recebido do Município de/UF ou de qualquer outra entidade da administração direta ou indireta, em âmbito federal, estadual e municipal, suspensão temporária de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a administração, assim como não ter recebido declaração de inidoneidade para licitar e ou contratar com a administração federal, estadual e municipal.

...../UF, de..... de 20.....

.....
(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO. (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00048/2022

A(razão social da empresa), CNPJ nº....., localizada à, declara, em conformidade com a lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos para habilitação para este certame licitatório na **prefeitura municipal de CAMALAÚ /PB – Pregão Eletrônico nº 00024/2022.**

...../UF, de..... de 20.....

.....
REPRESENTANTE LEGAL



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU

ANEXO IX - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00024/2022
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:/2021

Aos .. dias do mês de .. de ..., na sede da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Camalaú, Estado da Paraíba, localizada na Rua Nominando Firmo - Centro - Camalaú - PB, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Decreto Federal nº 5.450, de 31 de Maio de 2005; Decreto Federal nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 00024/2022 que objetiva o **registro de preços para futura e eventual aquisição de material odontológico de forma parcelada a fim**, a fim de suprir as demandas do município de Camalaú-PB; resolve registrar o preço nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAU - CNPJ nº 09.073.271/0001-41.

VENCEDOR:					
CNPJ:					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT.	P.UNIT. P.TOTAL
TOTAL					

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 (doze) meses, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial.

A existência de preços registrados não obriga a Prefeitura Municipal de Camalaú firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00024/2022, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pela Prefeitura Municipal de Camalaú, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00024/2022, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico nº 00024/2022 e seus anexos, e a seguinte proposta vencedora do referido certame:

-

Item(s):

Valor: R\$

-

Item(s):

Valor: R\$

CLÁUSULA QUARTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Monteiro.

...

...

...

...



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°/20.....

**TERMO DE CONTRATO N.º
...../.....QUE ENTRE SI CELEBRAM
A PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMALAÚ E A EMRPESA....., PARA
FORNECIMENTO CONFORME
DISCRIMINADO NESTE
INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMALAÚ - PB**, com sede na Rua Nominando Firmo, 56, Estado da Paraíba, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.073.271/0001-41, neste ato representada pelo Prefeito Interino Ubirajara Antônio Pereira Mariano, Brasileiro, Solteiro, Músico, residente e domiciliado na Avenida São José, SN - Casa - Centro - Camalaú - PB, CPF nº 028.665.354-05, Carteira de Identidade nº 2470752 SSP/PB, doravante simplesmente **CONTRATANTE** e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 00024/2022 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é **registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de material odontológico**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

EMPRESA:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
REPRESENTANTE:					
E-MAIL:					
TEL.: ()					
ITENS/LOTE	DESCRIÇÃO	QUANT.	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de/...../..... e encerramento em/...../....., prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.4. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

5.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

5.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

5.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00018438, assim apurado:

$$I = (\text{TX}) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00018438 \quad \text{TX} = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

8.1. O prazo de entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) é de **“15” dias tão logo seja homologada**, em conformidade com este Termo de Referência e Emissão da ORDEM DE COMPRA, o local de entrega do(s) produto(s) e/ou serviço(s) será no Município de Camalaú – PB, no endereço indicado pela Secretaria Municipal Demandante.

8.1.1. Será de responsabilidade da **EMPRESA**, a entrega do objeto no local determinado, com o uso de veículo próprio e suas respectivas despesas, tanto com combustível ou outras, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários e tributários relativos aos serviços prestados;

8.2. O(s) produto(s) e/ou realização do(s) serviço(s) poderá(ão) ser rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo **IMEDIATAMENTE**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.1. Os produtos fornecidos pela **EMPRESA** vencedora deverão primar pela qualidade, sempre respeitando as características e determinações técnicas pertinentes;

8.2.2. Os produtos e entregas serão fiscalizados com rigor pela solicitante e caso não estejam em conformidade com o descrito, ou aos fins a que se destinam, serão recusados, ocorrendo a contratada em inexecução contratual;

8.2.3. As entregas deverão ser executadas dentro do prazo estipulado, considerando-se como atraso, o período posterior ao fixado, sem a sua correta e completa conclusão;

8.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.5. Os produto (s) e/ou serviço(s) serão recebidos provisoriamente por servidor(a) designado(a) pela SECRETARIA SOLICITANTE, após conferência da Nota fiscal com a proposta de preços e Termo de Referência, Anexo I, e consequentemente realizando a aceitação.

8.6. Os produto (s) e/ou serviço(s) poderão ser rejeitados quando em desacordo com o exigido neste Edital e seus anexos.

8.7. Ainda que seja recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da Lei, a responsabilidade da contratada pela validade do objeto.

8.8. A contratada deverá fazer a entrega e/ou realização do(s) produto (s) e/ou serviço(s) no endereço indicado na Autorização de Fornecimento/expedição da Ordem de Compras, de segunda a sexta feira no horário de funcionamento normal do órgão.

8.9. Os produto (s) e/ou serviço(s) deverá (ão) ser entregue(s) realizado(s) adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.

8.10. Quando for o caso, os volumes contendo o produto deverão estar ainda, identificados externamente com os dados constantes da Nota Fiscal e o endereço de entrega.

9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. Obrigações da Contratada.

10.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

- 10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 10.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos do Art. 49, do Decreto Federal 10.024, de 20 de setembro de 2019, o licitante/adjudicatário que:
- 11.2. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 11.3. Não entregar a documentação exigida no edital;
- 11.4. Apresentar documentação falsa;
- 11.5. Causar o atraso na execução do objeto;
- 11.6. Não mantiver a proposta;
- 11.7. Falhar na execução do contrato;
- 11.8. Fraudar a execução do contrato;
- 11.9. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.10. Declarar informações falsas; e
- 11.11. Cometer fraude fiscal.
- 11.12. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 11.13. ADVERTÊNCIA, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 11.13.1. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o art. Nº 86, da Lei Nº 8666/93;
- 11.13.2. Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 11.13.3. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 11.14. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 11.15. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da Prefeitura Municipal de Camalaú - PB, pelo prazo de até cinco anos;
- 11.15.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 11.16. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

11.17. As sanções previstas nos subitens 11.2, 11.5, 11.6 e 11.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.18. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.18.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.19. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.19.1. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.20. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

11.21. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

11.21.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (QUINZE) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.22. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.23. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.24. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.25. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.26. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.27. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas nos órgãos Oficiais de Imprensa do Município

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.

12.1. O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER RESCINDIDO:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no

art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES.

13.1. É VEDADO À CONTRATADA:

13.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

13.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES.

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO.

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO.

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Monteiro - PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

...../UF, de..... de 20.....

.....
Responsável legal da CONTRATANTE

.....
Responsável legal da CONTRATADA

